

## **BREVE HOMENAGEM À PESSOA E À OBRA DO PROF. DOUTOR ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES**

1. É com um forte sentimento de admiração, gratidão e estima que agarro a oportunidade que me foi dada de integrar o grupo de amigos e admiradores do Prof. António José Avelãs Nunes que, atingida a idade da sua jubilação do cargo de professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, após ter sido também seu Vice-Reitor, vem vivendo, até certo ponto “à contre coeur”, a hora das mais justificadas e significativas homenagens de reconhecimento, apreço e gratidão.

A partida deram-na, sem surpresa, quase meia centena de professores universitários brasileiros que resolveram homenageá-lo, redigindo e publicando num excelente livro de mais de mil páginas, nada menos de quarenta e oito textos de elogio e gratidão.

Chamaram a essa obra colectiva “Liber Amicorum — Homenagem ao Prof. Doutor António José Avelãs Nunes”. O texto abre com a transcrição da Oração, proferida pelo homenageado na Universidade Federal do Paraná, por ocasião da cerimónia solene do seu doutoramento “honoris causa” por esta Universidade. Um belo texto, aliás, impossível de ler sem um sincero sentimento de admiração e apreço.

Presidiu à cerimónia o Reitor daquela universidade, e assistiram também a ela o então magnífico Reitor da Univer-

sidade de Coimbra, além de diversos professores daquela universidade. O texto do Prof. Avelãs Nunes não se lê sem um arrepio de admiração.

O livro encerra um outro texto do Prof. Avelãs Nunes, contendo as suas respostas a uma entrevista dada à *Revista Trimestral de Direito Civil*. Entrevista extensa, em que descreve o essencial da sua vida pessoal e universitária, e do seu pensamento económico e político.

Aluno oriundo de uma família modestíssima — um avô moleiro, outro pastor de cabras, ambos analfabetos, e filho de pai alfaiate e mãe costureira, estudou com bolsas de estudo até que, em 1962, se formou em Direito com brilho, acabando assistente e depois professor da respectiva Faculdade, onde o Prof. Teixeira Ribeiro, e o Prof. Afonso Queiró, que também foram meus mestres, lhe asseguraram o lugar de Assistente, que esteve na origem da sua brilhante carreira universitária, apesar de não ser afecto, longe disso, ao regime político então vigente. Uma vez mais, a minha Faculdade de Direito deu provas de não excluir ninguém por motivos políticos. Ao contrário do procedimento do próprio regime.

E assim como entrou, assim permaneceu, sem cedências ideológicas, até à jubilação. Facilmente o compreendi. Apesar de nunca ter aderido ao Partido Comunista — fiquei-me pela Federação da respectiva Juventude — também eu não fui capaz de ficar indiferente à sedução da defesa da igualdade contra as injustiças das mais repugnantes diferenças. Vim a aderir, já depois do 25 de Abril, ao Partido Socialista, e por aí me fiquei, sem ter deixado de ser sensível à sedução do ideal igualitário. Foi essa, inclusivè, uma das razões, entre muitas outras, por que sempre respeitei e admirei o pensamento do Prof. Avelãs Nunes.

Se bem ajuízo, terá sido também essa uma das razões, seguramente entre outras, por que ele veio a granjear uma admiração junto dos universitários brasileiros, talvez nunca

anteriormente atingida por outro professor português. Outros foram admirados. O também meu mestre Manuel de Andrade — o maior civilista português do séc. XX — o próprio administrativista Marcelo Caetano, de quem fui sempre politicamente adversário, e apesar disso cheguei a ser amigo, e mais recentemente o Prof. Dr. Gomes Canotilho, outro meu amigo que muito admiro, e alguns mais, terão chegado também a conquistar a admiração e o respeito dos colegas brasileiros. Mas não sei se algum terá ultrapassado, ou tão só atingido, a admiração e o prestígio que o Prof. Avelãs Nunes acabou por granjear juntos dos colegas brasileiros.

O referido “*Liber Amicorum*” chega a ser “um caso”. Não único, mas surpreendente e raro!

Apesar do seu tão rico significado para o Prof. Avelãs Nunes, e para a nossa Universidade — logo também para o país — esse livro tão encomiástico, e essa homenagem tão sem igual, recebeu da crítica portuguesa um quase total alheamento. Para a crítica portuguesa, o *Liber Amicorum* não existiu.

Como foi isso possível? Só porque o Prof. Avelãs Nunes é de esquerda, e perfilhou desde cedo convicções marxistas que jamais ocultou? Talvez também, mas não só.

O “*Liber Amicorum*” dos professores brasileiros é um livro altamente significativo e raro. Para Portugal. Para a Universidade de Coimbra. Para o Prof. Avelãs Nunes. Aprende-se com a sua leitura. Eu, pelo menos, aprendi. E deixa no leitor lusitano um secreto orgulho por ser português. Porquê então o silêncio?

Quanto mais incompreensível ele tiver sido, mais se justifica o livro que os admiradores de cá, eu incluso, decidimos publicar de homenagem portuguesa a um tão ilustre português.

Mas atenção! Admirações como as que os universitários brasileiros lhe prestaram não são fáceis. Só existem se persis-

tentemente procuradas, ou justificadamente merecidas, como é o caso. Nos tempos modernos, não tenho ideia de outro universitário português que mais tenha querido e sabido homenagear o velho sentimento de admiração que ligou e liga o Brasil, e em particular a sua Universidade, à multissecurar Universidade de Coimbra que a história registou também como sua. Hoje mesmo, o número de estudantes brasileiros que opta por ela ultrapassa em regra os três mil. Não é um caso singular no contexto universitário português. Mas não deixa de ser exemplarmente significativo.

Avelãs Nunes, talvez mais do que qualquer outro universitário português, compreendeu como ninguém esse fenómeno. E intensificou visitas aos seus colegas brasileiros. Para dar lições. Para fazer conferências. Para lançar os seus muitos livros. Para criar laços de admiração e afecto que tornaram possível o *Liber Amicorum*. Assim se justificam os rasgados elogios que são a sua nota dominante. Mil páginas! Não chega a ser comovente? E o quase silêncio nacional? Não chega a ser repulsivo?

2. Conheci o Prof. Avelãs Nunes nos alvares do 25 de Abril. Mais propriamente quando o então Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves o convidou para integrar o seu governo, a que também pertenci. Eu a continuar a gestão da anterior pasta de Ministro da Coordenação Interterritorial — designação que disfarçava o facto de ser a continuação, como foi até à extinção, da anterior pasta do Ultramar. Ele como Secretário de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar, na primeira fase, e depois do Ensino Superior e Investigação Científica. Sectores que Abril tinha revolucionado. Avelãs Nunes foi, em seu dizer, nesse contexto, um dos chamados “homens sem sono, mas com uma enorme alegria”. Participou, com frequência, nas reuniões do Conselho de Ministros. Ali conheceu Vasco Gonçalves, que, segundo ele, “encarnou,

como nenhum outro, a Aliança Povo-MFA”. Confirmo. Ali conheceu também o Ministro Álvaro Cunhal, cuja amizade conquistou.

Aconteceu algo parecido comigo. Sentado na maior parte do tempo ao lado de Cunhal, nasceu entre nós uma sincera estima, reforçada pela velha admiração desde os meus tempos de estudante, embora sem o grau de identificação ideológica que a ele ligou o Prof. Avelãs Nunes. Este destaca, entre as medidas positivas então tomadas, “a fixação do salário mínimo, a legalização do movimento sindical (fui o autor da lei que o legalizou), a lei dos partidos políticos, a Reforma Agrária e as nacionalizações”. Estas duas últimas não colheram o meu entusiasmo. Tão só a minha compreensão. O vinte e cinco de Abril tinha nascido revolucionário.

Com o termo do último governo presidido por Vasco Gonçalves, Avelãs Nunes regressou a Coimbra, à Faculdade de Direito, e à preparação do seu doutoramento. Neste, dois estranhos votos contra de raiz ideológica acabariam por não prejudicar a unanimidade a seu favor em todos os momentos posteriores da sua carreira universitária, como era justo e veio a ser reconhecido pelo próprio autor de um dos votos contra. A tradição da nossa Faculdade de não recusar ninguém por razões ideológicas foi justificadamente confirmada.

Curiosa, a merecer também referência, é a sua afirmação de que “tinha saudades do Brasil, apesar de nunca ter lá estado”. Seu pai, e os irmãos de seu pai, tinham. E se trocarmos a palavra saudade pela palavra curiosidade, posso afirmar que aconteceu o mesmo comigo em relação à África. Meu pai, e cinco irmãos seus, fizeram vida em Benguela e, à exceção de meu pai, foi lá que para sempre ficaram. Talvez por isso, e pela sedução que sobre mim exerceu o propósito de ajudar a emancipar a África, que reforcei com a camaradagem dos estudantes ultramarinos que se acolheram

à minha república acadêmica, também eu alimentei cedo, antes de conhecê-la, o sonho de nela me fixar como advogado, e me opor à ditadura colonialista dominante, como vim a fixar-me, para nela viver até à Revolução de Abril, incapaz de resistir a essa tentação depois de, em 1949, ter integrado o Orfeão Académico de Coimbra como cantor, guitarrista e orador oficial, na visita que fez a Cabo Verde, a Angola, a Moçambique e à África do Sul, e de após o regresso ter escrito, sobre a viagem e o problema colonial, o meu primeiro livro.

Fui muito feliz nessa opção profissional e política. Tive êxito profissional, e mesmo politicamente, quando tudo me era vedado, integrei com destaque o Grupo dos Democratas de Moçambique, que se bateu contra as graves discriminações e injustiças do regime colonial, nomeadamente através de duas candidaturas da oposição a dois simulacros de eleições para a dita Assembleia Nacional, comigo candidato entre outros, para sermos, nos dois casos, ilegalmente descandidados pelas mais absurdas e impensáveis razões. Inclusivè a de não termos feito a prova de sermos cidadãos portugueses, apesar de estarmos inscritos nos cadernos eleitorais. Éramos então o quê? Abexins, como perguntei no recurso que então interpus? É claro que nem em Moçambique, nem no continente, mais ninguém fez essa prova.

Quando Marcelo Caetano, com quem tinha vindo a ter uma quase normal relação profissional a partir do momento em que se demitiu dos cargos que o ligavam ao regime, incluindo o de Reitor da Universidade de Lisboa, tentou em vão agradar-me e a mais dois elementos à minha escolha, para as eleições a que o Dr. Sá Carneiro e outros tinham aceitado candidatar-se — a chamada ala liberal — a minha resposta foi a que tinha de ser. Recusei a candidatura, alegando que o Governo ganharia um traidor, e eu perderia a minha dignidade e os meus amigos. Pior “negócio” não era possível.

Mas veio a dar-me um prémio com algum sabor. Sem que eu lho tivesse pedido, pôs fim à proibição, a que Salazar me tinha condenado, do direito a sair de Portugal. Há condenações piores. Portugal continuou a ser um país a que não faltavam atractivos. E as colónias portuguesas, nesse então, ainda eram Portugal.

Com Salazar e com Caetano, os Democratas de Moçambique, de que fazia parte a nata dos advogados, além de oposicionistas de todos os demais quadrantes, não deram descanso ao poder despótico, e aproveitaram todas as oportunidades para, através de textos que eu próprio redigi, e depois disso massivamente assinados, circulavam até que a PIDE os apreendia, e até por isso eram mais sofregamente procurados, através de cópias que, sem a proibição, teriam seguramente sido menos atractivas e numerosas.

Os factos denunciados eram comumente conhecidos. E eu mentiria se não dissesse que, algumas vezes, difundimos os textos já na expectativa da proibição que haveria de qualificá-los.

Só em relação a um texto, por sinal assinado só por mim, pelo advogado Soares de Melo e por dois comerciantes da Cidade da Beira, houve lugar a prisão. Mas, curiosamente, só dos dois comerciantes. Daí que eu e o Dr. Soares de Melo tenhamos lavrado o nosso protesto junto do Director da PIDE, alegando, zangadíssimos, que ou a PIDE prendia os quatro ou libertava os dois. Libertou. A prisão, em África, era praticamente reserva de africanos. E os dois detidos eram brancos. Prevaleceu a regra.

Guardei, infelizmente não todos, mas os principais desses textos, só que sem as assinaturas. Guardei o texto original. Confesso que me tem apetecido publicá-los. De facto, porque não? Ajudam a caracterizar alguns dos aspectos mais condenáveis do colonialismo português em África.

Tomarei, a esse respeito, a decisão que tiver por melhor.

3. A minha dívida para com o Prof. Avelãs Nunes é uma dívida com muitos lançamentos a débito. Sobretudo de admiração e amizade. Mas não só.

Com a leitura da sua vasta obra publicada, aprendi mais Economia Política do que tinha aprendido antes. E voltei a reencontrar ensinamentos que tinha deixado soterrados nos porões de memórias da juventude, quando um tio meu, professor Rodolfo de Abreu, comunista de formação e militância, passava férias de verão numa quinta de meu pai, levando consigo uma mala de livros proibidos que me ensinavam o essencial do conhecimento e da vida, e que eu lia avidamente e depois discutia com ele.

Vim assim a adquirir bem cedo um grau de cultura política e económica que me marcou para toda a vida. Voltei a lembrar esses conhecimentos quando li a obra publicada do Prof. Avelãs Nunes. Só que, desta vez, com um lastro de experiência e de cultura que na juventude eu não podia ter.

Mas a melhor obra académica que dele li, foi porém ele próprio. A sua própria cultura verbalizada e humanizada.

E foi também por isso que, quando a minha Universidade de Coimbra quis ser generosa comigo até convidar-me para me doutorar “Honoris Causa” na Sua Sala dos Actos Grandes, eu, que não podia recusar, escolhi dois ilustres professores da minha velha Faculdade de Direito, o Prof. Avelãs Nunes para fazer o meu elogio e o Prof. Gomes Canotilho para ser meu Padrinho. Dois ilustres amigos. Joguei assim pela certa.

Ambos, e uma multidão de amigos outros, conferiram à cerimónia uma solenidade e um brilho de que só eu conseguia destoar.

O elogio do Prof. Avelãs Nunes ter-me-ia enchido de vaidade se me não tivesse enternecido. Mas enterneceu. Estive longe de merecê-lo. Foi, até hoje, o meu mais favorecido retrato. Mas também o mais repassado de generosidade. Finda a cerimónia regresssei à minha modéstia.

É verdade que fui tudo o que ele disse que fui. Questão ficou saber se o fui porque o sou ou porque episodicamente consegui sê-lo.

4. Há muito que a minha formação cultural e até política se aproxima da do Prof. Avelãs Nunes, sem com ela totalmente coincidir. Mas um dos seus muitos livros, que mais recentemente reli, talvez mais do que qualquer outro, deu-me a exacta medida do seu excepcional tamanho. Refiro-me à preciosa análise sobre “A Crise do Capitalismo — Capitalismo, Neoliberalismo e Globalização”.

Já conhecia as anteriores edições. Mas esta — a quinta — consegui ainda ser para mim uma revelação. Que espantosa análise do fenómeno cíclico das crises económicas e financeiras e, por extensão, políticas, que infelizmente nos são familiares, com origem nos desmandos da banca, que até hoje consegui sempre sair delas sem formal responsabilização.

Mas nas crises que se seguiram à Grande Depressão do fim do primeiro quartel do século passado, dois homens excepcionais, o Presidente Roosevelt e o economista John Keynes, não tiveram substitutos à sua altura. Pelo contrário, o falso remédio encontrado viria a ser o êxito das ideias de Adam Smith, que divinizou o “mercado” e a chamada “mão invisível”, geradores, segundo ele, de equilíbrios económicos automáticos que, para se tornarem realidade, bastava a passividade dos dirigentes humanos.

Foi preciso que os resultados desse mito fanático viessem a estar na origem das referidas crises económicas e financeiras cíclicas, para que o mito neoliberal, ele também, entrasse em crise. Entrou. E está mergulhado nela até à evidência de que as soluções ditas neoliberais são hoje uma irresponsável fantasia e um crime sem perdão.

E talvez o seu crime maior tenha sido, e continue sendo, o facto de ter associado a si a globalização económica e finan-

ceira, ao mesmo tempo que impedia, travando-a, a globalização política. Assim comprometendo uma e outra.

E é a propósito desta globalização travada que eu e o Prof. Avelãs Nunes conseguimos alguma margem de incoincidência ideológica. Ele é, talentosamente como sempre, e se bem ajuízo, adversário da globalização toda ela, à qual imputa responsabilidades nos desmandos do Mundo em desequilíbrio que temos aí. Não lhe credita sequer, a título de magra justificação, o facto que referi de o poder económico e financeiro, quando conseguiu globalizar-se comprando o poder tecnológico e o poder comunicacional, expandidos na sequência da última guerra, ter evitado a coeva globalização do poder político, que durante séculos tinha controlado o poder económico e financeiro.

Esta espantosa involução civilizacional conseguiu passar quase despercebida de uma opinião pública amarfanhada por uma comunicação social dominada pelo novo poder económico e financeiro tendencialmente globalizado. Este poder, apesar das suas crises cíclicas, dominou o poder político e, dominado este, travou a sua expansão e, sobretudo, a sua globalização, assim o fragilizando.

Para trás ficou o poder político, que aliás se tinha adiantado na sua globalização. Finda a Primeira Guerra Mundial, o Presidente Wilson liderou a criação da Sociedade das Nações. No fim da Segunda, o Presidente Roosevelt e um lote de outros grandes homens criaram a ONU. E, talvez em reacção contra o facto de a criação destes dois órgãos não vir justificando a esperança depositada neles — se não também a necessidade de os revitalizar —, outro conjunto de grandes europeus, que infelizmente não estão a ter continuidade, concebeu a criação de um grande espaço continental, económica e politicamente unificado em certos termos.

Nasceu assim, e por sucessivos avanços, a União Europeia, uma das mais arrojadas experiências unificadoras de sempre.

Um extenso mercado comum não separado pelas tradicionais fronteiras geográficas, que se revelou não serem necessárias nos seus exactos termos. Um órgão político dirigente comum; um órgão legislativo comum; um tribunal comum; uma segunda cidadania comum; um Presidente comum; por último, uma moeda que se destinava a ser também comum, mas só com excepções veio a sê-lo. A Grã-Bretanha, entre outros membros, foram autorizados a manter a sua própria moeda, assim conduzindo a uma situação em que ela e alguns outros puderam ficar com um pé dentro e outro fora da própria União, facto que não viria a dar-lhe muita saúde. Esta situação gera, inclusivè, o risco de referendos em que países da União possam optar por permanecer nela, ou recuperar a sua independência dela. O risco ainda não é grave. Mas nada garante que não venha a sê-lo.

Nunca se tinha ido tão longe na concretização de um espaço económico e político único tão geograficamente extenso e organizativamente comunitário. Chegou-se à elaboração de um projecto de constituição comum. Mas, infelizmente, através de uma Comissão talvez mal constituída, e sobretudo mal presidida, que redigiu um texto desmesuradamente extenso e pormenorizado. Assim desprezado o mérito da síntese, se não também por razões de outra ordem, dois votos contra o projecto e contra a unanimidade que era exigível. E lá se foi, no mínimo até ver, o texto constitucional europeu. Temos de continuar a viver à base de Tratados que valem o que valem, e também o que não valem.

Sobreveio a crise económica que ainda nos subjuga, e uma liderança de facto da Alemanha, que se esqueceu dos significativos perdões de que foi beneficiária, e que mais dificulta a união do que a promove. E aí temos nós, em compasso de espera, se não em recuo, o mais avançado e globalizador projecto político e económico até hoje concebido.

É intuitivo que todas estas inovações ocorreram na sequência dos surtos de desenvolvimento que estiveram na origem do Mundo cada vez mais único e só, que o desenvolvimento científico e tecnológico parturejaram.

Era eu estudante de Direito e dois livros, entre muitos outros, abalaram o meu equilíbrio cultural. O “Mundo Só” de Wendell Wilkie, e o “Admirável Mundo Novo” de Aldous Huxley.

Percebi que vinha aí um Mundo tecnológico, científica, cultural e organizativamente outro. Como de facto. As deslocações no espaço físico, que eram lentas e penosas, passaram a poder ser feitas a velocidades de vertigem. Em breve ultrapassariam a velocidade do som. E as comunicações através do éter, igualmente lentas e penosas, passaram a ser possíveis à velocidade da luz, a maior velocidade possível, segundo Einstein. A rádio primeiro e a televisão depois globalizaram o conhecimento do que no Mundo se passava. Hoje, todo ele nos é familiar. A TV, sobretudo, introduz, à hora da informação, sítios e acontecimentos, com rigor fotográfico, na nossa sala de estar. Enquanto isto, o cidadão moderno, munido de um pequeno instrumento, facilmente manejável e barato, fala com o seu antípoda como com o seu vizinho. E pode convidá-lo para jantar com ele no dia seguinte.

Assim foram vencidas as distâncias e estão a ser vencidas as diferenças. E, embora mais lentamente, as próprias identidades. A lermos os mesmos livros; a vermos os mesmos filmes; a ouvirmos e trautearmos as mesmas canções; a visitarmos as mesmas paisagens; a procurarmos emprego nos mesmos mercados; a comeremos os mesmos petiscos; e a ouvirmos ou lermos as mesmas notícias, serei só eu a recear pelo ainda que lento apagamento das identidades, correndo o risco de ficarmos todos iguais? E haverá forma mais global de globalização do que essa?

Dito de outro modo: o “Admirável Mundo Novo”, que Aldous Huxley nos vaticinou, vai mesmo ser novo e brilhante, ou apenas diferente mas mais repetitivo, mais igual, e mais sem brilho? É a pensar em perspectivas como esta que eu venho entendendo que, se isto não são fenómenos de globalização em movimento, eu não sei o que são. E mais: que são em si tão inevitáveis que não vale muito a pena ter a ilusão de que vamos evitá-los, melhor sendo habituarmos-nos a eles, e tentar controlá-los até onde isso se revelar possível. Se é mesmo de uma nova civilização que se trata, consciencializemos isso e tentemos, até onde isso for possível, evitar que nos surpreenda inconscientes e desarmados, como o neoliberalismo reinante quer que estejamos, aceitando o absurdo de que há equilíbrios económicos automáticos no mercado a zelar por nós. Entretanto, vai explorando o fenómeno da globalização económica e financeira a benefício próprio, travando a política a igual benefício. O resultado disso é um modelo económico e financeiro a funcionar sem regras, ou segundo a regra única de um mercado que é suposto fazer milagres, e não!

Dito de outro modo: o que o neoliberalismo pretende é que aceitemos ser estúpidos, ignorantes e passivos, e que o acompanhemos na fé nos milagres do liberalismo do Senhor Adam Smith.

Pois ainda? Depois de todas as crises económicas e financeiras que nos fez suportar? Não estou de acordo. A vida, além do Prof. Avelãs Nunes, ensinou-me a não estar. Acharos ambos que é tempo de pôr fim à intocabilidade bicentenária do Estado-Nação. Pois quê? Duzentos anos decorridos, o mesmo executivo, o mesmo legislativo, o mesmo judicial, a mesma máquina política e administrativa que tudo isso regula, ou melhor, desregula?

Isto para dizer que, do que, em meu entender, o mundo precisa é exactamente de se renovar e, até onde necessário,

globalizar um modelo político da nova configuração do Mundo, ainda que com cautelar resguardo das instituições do tempo da criação do Estado-Nação que não perderam validade. Conseguido isso, recuperar a supremacia do poder político sobre os poderes económico e financeiro, e enterrar de vez o Senhor Adam Smith e a sua “mão invisível”, responsabilizando-a por não visualizar as injustas diferenças em que o seu mundo se desdobra.

5. Foi esta a homenagem que quis prestar ao meu ilustre amigo Prof. Avelãs Nunes, por quem tenho uma admiração e uma gratidão sem limites, pelo muito que, sem ter sido meu professor, com ele aprendi.

*António Almeida Santos*

Antigo Presidente da Assembleia da República

Doutor *Honoris Causa* pela Faculdade  
de Direito da Universidade de Coimbra